

**PROCURADORIA****SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA****PL 0848/2024****À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa,**

A Pesquisa Legislativa constatou a existência de Projetos de Lei que podem incidir nas disposições previstas no art. 12 da Resolução nº 01, de 03 de abril de 2019, que acrescentou o art. 212-A ao Regimento Interno desta Casa Legislativa, relativo ao apensamento.

Desta feita à Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa para análise, com observância ao mencionado art. 12 da Resolução nº 01, de 03 de abril de 2019, que acrescentou o art. 212-A ao Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Os projetos de lei encontrados são:

- PL 130/2023 Autoriza o Executivo a reservar áreas para implementação de sistemas produtivos de agricultura urbana ou periurbana no âmbito de programas habitacionais públicos realizados pela Secretaria Municipal da Habitação;
- PL 473/2022 Institui o Programa Hortas Paulistanas no Município de São Paulo;
- PL 421/2019 Institui O Programa Horta Da Comunidade No Município e dá Outras Providências;
- Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225 da Constituição Federal, que dispõe sobre o meio ambiente;
- Lei Federal nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre agricultura orgânica;

**PROCURADORIA**

- Lei Municipal nº 13.459, de 2 de dezembro de 2002, que institui palestras de conscientização ambiental nas escolas da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências;
 - Lei Municipal nº 16.140, de 17 de março de 2015, que dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão de alimentos orgânicos ou de base agroecológica na alimentação escolar no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de São Paulo;
 - Lei Municipal nº 16.212, de 10/06/2015, que dispõe sobre a gestão participativa das praças do município de São Paulo, e dá outras providências.
 - Lei Municipal nº 11.604, de 12/07/1994, que dispõe sobre o controle das condições sanitárias das águas utilizadas para irrigação de plantações de frutas e verduras, no território do Município de São Paulo.
 - Lei Municipal nº 10.453, de 23/03/1988, que referenda convenio celebrado entre a Prefeitura do Município de São Paulo e o Ministério da Agricultura, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 11.622, de 14/07/1994, que dispõe sobre a implantação de hortas e pomares escolares na Rede de Ensino do Município.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Senhor Presidente.

São Paulo, 13 de março de 2025.

Cintia Talarico da Cruz Carrer
Procuradora Legislativa Supervisora
OAB/SP 155.068



PROCURADORIA